



Universidade  
Estadual da  
Paraíba

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS I—CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTORIA**

**ALISSON DEIVISON SILVA PEREIRA**

**MAXIMIANO LOPES MACHADO E A INAUGURAÇÃO DA CULTURA  
HISTÓRICA PARAIBANA: A EMERGÊNCIA DE UM SUJEITO SINGULAR**

CAMPINA GRANDE – PB

2017

**ALISSON DEIVISON SILVA PEREIRA**

**MAXIMIANO LOPES MACHADO E A INAUGURAÇÃO DA CULTURA  
HISTÓRICA PARAIBANA: A EMERGÊNCIA DE UM SUJEITO SINGULAR**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Licenciatura plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Dra. Luir Freire Monteiro

CAMPINA GRANDE – PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P436m Pereira, Alisson Deivison Silva  
Maximiano Lopes Machado e a inauguração da cultura histórica paraibana [manuscrito] : a emergência de um sujeito singular / Alisson Deivison Silva Pereira. - 2017.  
36 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.  
"Orientação: Profa. Dra. Luira Freire Monteiro, Departamento de História".  
  
1. Historiografia Paraibana. 2. Identidades coletivas. I.  
Título.

21. ed. CDD 907.2

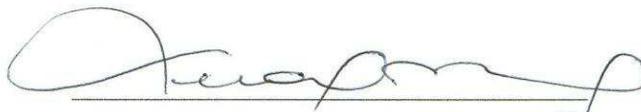
**ALISSON DEIVISON SILVA PEREIRA**

**NARRATIVAS DA PROVÍNCIA: MAXIMIANO LOPES MACHADO E A  
EMERGÊNCIA DA IDENTIDADE PARAIBANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

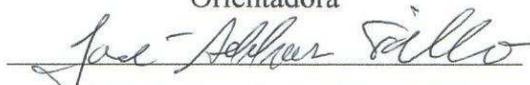
Orientador (a): Dra. Luir Freire Monteiro

Aprovada em 02/08/2017



Prof Dra. Luir Freire MONTEIRO – DH/CEDUC/UEPB

Orientadora



Prof Dr. José Adilson Filho / UEPB

Examinador



Prof Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio / UEPB

Examinador

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>5</b>
<b>1. Os primeiros momentos de uma historiografia propriamente paraibana.....</b>	<b>5</b>
<b>2. Uma identidade local que não se sustenta.....</b>	<b>9</b>
<b>3. O paraibano Maximiano Lopes Machado.....</b>	<b>14</b>
<b>4. O espelho que não reflete a perfeição: um choque apropriado.....</b>	<b>15</b>
<b>5. Que sujeito intrigante é este que tentaram aniquilar?.....</b>	<b>19</b>
<b>5.1 Passos de sangue, pegadas de temor.....</b>	<b>23</b>
<b>6. As bases de uma cidade singular.....</b>	<b>31</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>33</b>
<b>Fontes:.....</b>	<b>35</b>
<b>Referências bibliográficas:.....</b>	<b>36</b>

# NARRATIVAS DA PROVÍNCIA: MAXIMIANO LOPES MACHADO E A EMERGÊNCIA DA IDENTIDADE PARAIBANA

PEREIRA, Alisson Deivison Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo se propõe a versar sobre o processo da escrita da história paraibana a partir das contribuições de Maximiano Lopes Machado, no que tange à construção da identidade paraibana. Esta, usualmente tratada por *Paraibanidade*, caracterizou o *ser paraibano*; mais que isso, criou um modelo único de identidade pertencente às populações da *Parahyba do Norte*, homogeneizando e anulando as diferenças daquela sociedade, plural pela sua natureza formativa. Partimos da perspectiva de que MACHADO arquitetou uma forma de se fazer a história local – tal como Von Martius o fez em relação ao Brasil —, como modo orientador dos seus consecutâneos e que chega aos nossos dias enfrentando a nominada “crise do sujeito” aventada por HALL (2006) e a consequente indeterminação das identidades coletivas. Assim, objetiva-se verificar os principais vieses da obra do renomado historiador no concernente à criação da identidade paraibana que reproduzem ecos que ressoam através das literaturas, aqui consideradas populares por sua natureza de representação, e que são partícipes no processo de resignificação e reconstituição da dita *paraibanidade*, num exercício amplo de aproximação ou distanciamento do protótipo defendido por DIAS (1996). Processando as características de sujeitos aguerridos, autônomos, pacifistas, construtores de sua própria história e questionando-os frente aos episódios do contexto escolhido para sedimentá-las historiograficamente, no qual o comportamento de *sua* identidade entra em contradição com as práticas ou respostas aos diferentes episódios que definem a proposta da totalidade da História Paraibana apresentada através de sua própria escrita e representadas nestes ecos monumentalizados, assim se estipula o protótipo. Para tanto, atenta-se para o processo de questionamento e desconstrução deste *corpo imaculado* pelo qual se define o *ser paraibano*, e que se desconstrói através do seu próprio cálam.

Palavras-chave: Maximiano Machado. Historiografia Paraibana. Identidade.

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba, atualmente representante do Núcleo de pesquisas em História Local e monitor do projeto “História do meu lugar”.

## Introdução

Aquela determinada configuração de história “destituída” no fim da década de vinte do século passado que se volta ao documento a fim devorá-lo como feras famintas que, durante a caça, em seu processo violento de perseguição e por fim a vasculha onde efetuava a seleção das partes mais saborosas. É este tipo de historiografia que, no primeiro momento, munirá com a força de trabalho e a matéria prima necessária os debates referentes a questões de constituição das identidades. Portanto, é deste fazer historiográfico que precisamos *a priori* nos aproximar para interpretar o processo de construção da *paraibanidade*, explicada por DIAS que ganhou vida através da escrita de Maximiano Lopes Machado, que deu voz e significado ao ser paraibano através da literatura. Este corpo Quasímodo<sup>2</sup> que damos nome de *História da Paraíba* é intrigante, pitoresco e que nos leva a interpelar este determinado tipo de discurso a fim não apenas de questioná-lo como uma espécie de exercício. O objetivo na verdade é de uma caça a tesouros, é o dourado reluzente que nos conduz a cavar. É nesta necessidade de se encontrar no passado pontos reveladores e escurecedores que compõem este corpo disforme, mas que mesmo assim tenta criar uma lógica ao *modus operandi* do Paraibano que nos equipamos com pás e picaretas, para que no segundo momento, contemplando as riquezas obtidas, refletindo e descansando, possamos, ao som de uma canção que recrie a lógica construída pela historiografia, compreender as fraturas ou deformidades da forma com que se escreveu a história da Paraíba pelos membros do IHGP.

### 1. Os primeiros momentos de uma historiografia propriamente paraibana

Um pôvo sem história, sem precedentes conhecidos que atestem as revoluções do seu espírito, como o individuo extranho que passa com a indiferença do desprezo, senão com a parodia sarcástica que provoca o riso. A Parahyba estava neste caso; desconhecida, mojetada e até considerada por alguns como uma mera abstracção, deixavam-n'a quando muito no seu canto moirejando para satisfazer com o suor do trabalho a hospitalidade recebida em seu próprio paiz! - DR. Maximiano Lopes Machado.(MACHADO, 1912:1)

---

2

Trata-se de uma figura disforme, incompleta. O sentido utilizado aqui é de uma história incompleta, lacunar, cujos silêncios subjuga-se frente as grandes composições históricas do IHGP que construiu o lugar social do paraibano, suas características de formação e seu comportamento.

As discussões acerca da necessidade de produzir uma história da Parahyba que surgiram por volta do ano 1905 e que teve o propósito de construir “uma história de monumentos, pensada e escrita para contemplação” (DIAS, 1996:24); exatamente aquela que foi “destituída” a partir de 1929 e só passou a sofrer questionamentos, no caso paraibano, no final da década de 70 e início de 80 do século passado, configuram o que se tornaria a *História da Paraíba*. Esta historiografia, preocupada com a descrição de fatos, construção de identidades e criação de heróis locais que foi financiada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e, embora tenha conquistado seu objetivo de escrever uma história para um povo que não a tinha, encontra-se hoje em um lugar de total desprezo. É importante, porém, respaldar que a prática deste tipo de historiografia não poderia deixar de ser considerado por nós como uma iniciativa que fora empreendida por sujeitos que muitas vezes não possuíam a formação adequada, mas que se disponibilizaram a escrever história com intuito da preservação com o objetivo a dar sentido ao aspecto local e à identidade de povo a quem tais descrições se referiam.

Essa situação de menosprezo foi construída pela academia brasileira, para a qual essa forma de escrever história foi, grosso modo, rotulado de positivista, tornando-a uma denominação pejorativa e até negando a contribuição importantíssima dada pelos teóricos positivistas, como por exemplo, na discussão da ligação e do modo de tratamento das fontes e do documento escrito, em particular com a questão da cientificidade da história e outras preocupações até hoje polêmicas entre os historiadores e que ajudou singularmente a superação de uma visão sacralizada da história. (DIAS, 1996:20).

A necessidade de se verificar os bastidores deste projeto escriturístico nos possibilita repensar a dita História da Paraíba que está para além do simples projeto de construção de uma história, mas da própria criação de uma identidade que, a nível local, se verificou através da própria escrita daqueles que praticaram o “pensamento paraibano”<sup>3</sup>, e seu projeto de criar uma figura propriamente paraibana com características específicas que o diferiam de outros povos a nível nacional, mas que sempre esteve de acordo com o projeto nacional de criação de uma identidade unificada.

DIAS (1996), discute de como a história do século XIX esteve sempre inserida no contexto da formação das nacionalidades, identidades nacionais e por sua vez os Estados

---

3 Segundo DIAS o pensamento paraibano tratava-se de uma forma específica de se escrever história na Paraíba, financiados pelo IHGP que argumentava que a História Local deveria ser escrita apenas por Paraibanos, muitos sujeitos defendiam, junto ao instituto, este “estilo” de escrever história. Neste sentido, este “macropensamento” construía uma história que pretendia ser oficial, de heróis, mas também mitificada e sem sujeito, exceto, como indica a própria autora, os grandes sujeitos em seus grandes momentos. Outra característica do que seria o pensamento paraibano trata-se da forma com que tratam os fatos e as pessoas, desconectando-os dos contextos históricos mais gerais.

nacionais. Esta influência positivista também se insere no contexto nacional: o representante no caso brasileiro foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que surgiu como uma instituição forte com objetivos definidos: “Propunha-se a marcar a passagem de um Brasil sem história para um Brasil com história. Sistematizar a história do Brasil e, através dela dar uma identidade a nação eram as tarefas dessa entidade” (DIAS, 1996:29).

Von Martius<sup>4</sup> (1845) elencou os três principais elementos que participaram do processo de construção da identidade do Brasileiro. Naquele momento a preocupação foi criar uma espécie de paridade nacional onde as arestas fossem reparadas a fim de que os diferentes assumissem um nível de importância no projeto, embora cada um com sua própria contribuição específica, fazendo com que se criasse o sentido de identidade nacional, um dos principais projetos pensados não só pelas políticas da época como pelo próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A proposta do Bávaro estava calcada na existência de três entidades diferentes por natureza, mas que assumiam o papel de construtores desta dita identidade:

A côr de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e emfim a preta ou ethiopica. Do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d’essas três raças, formou-se a actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular [...] Cada uma das particularidades phisicas e Moraes, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito um motor especial e tanto maior quanto fôr a energia, numero e dignidade da sociedade de cada uma d’essas raças. D’isso necessariamente se segue o portuguez, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influi n’aquelle desenvolvimento; o portuguez, que deu as condições e garantias Moraes e phisicas para um reino independente; que o portuguez se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. (VON MARTIUS APUD GUIMARAES, 2010: 64 [1845])

Este indivíduo possuía características herdadas com mais ou menos intensidade de acordo com cada uma destas raças, ou seja, o *portuguez*, a *côr de cobre*, e a *ethiopica* participaram da construção de uma nova população específica que, embora possuía características desta mescla, foram muito fortemente influenciados pelo Português que é quem deu sentido a esta nova população.

Jámais nos será permitido duvidar que a vontade da providencia predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluents das raças India e Ethiopica [...] apreciar o homem segundo o seu verdadeiro valor, como a mais sublime obra do Creador, e abstrahindo da sua côr ou seu desenvolvimento anterior, é hoje em dia uma *conditio sine qua non* para o verdadeiro historiador. (VON MARTIUS APUD GUIMARAES, 2010: 64)

---

4 Carl Friedrich Philipp Von Martius (Erlangen, 17 de abril de 1794 — Munique, 13 de dezembro de 1868) foi um médico, botânico, antropólogo e um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudaram o Brasil, especialmente a região da Amazônia.

Portanto, se no cenário nacional temos o IHGB e sua tentativa de estabelecer uma ordem, uma identidade nacional cujo principal reflexo seria fazer surgir sentimentos de patriotismo e, mais que isso, acalantar estas três raças tão distintas entre si que compunham a sociedade brasileira. Quem assumiu uma posição parecida, no contexto local, foi o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) que na prática de um determinado tipo de história estava também em busca da unificação das populações através de uma identidade que, no contexto local tornou-se a dita *paraibanidade*. Tendo conhecimento dos seus deveres para com a sociedade foi possível, por parte dos membros desse Instituto, dar início ao processo de construção desta história. Neste sentido os primeiros objetivos não poderiam ser outros: organização, cadastramento e reconhecimento dos arquivos. O respeito para com as fontes, o cuidado e a grandeza naquilo que se dizia ser a história do povo paraibano precisava ser contada, tornar-se público. A forma que o Instituto encontrou para publicizar essa história foi através da publicação de 25 volumes de uma revista no período que percorre do início ao fim do século XX, a baixa produção foi explicada por DIAS devido as dificuldades econômicas<sup>5</sup> do instituto.

A revista refletiu positivamente as demandas do IHGP, primeiro porque funcionou muito bem no enaltecimento de certos homens ilustres da história da Paraíba, assim como conferiu status especial às certas paisagens e monumentos que se inseriam no contexto da cultura social da população local; em segundo lugar, aos periódicos foi atribuído um lugar de grande prestígio, aquilo que ali estava impresso significava *A HISTÓRIA DA PARAÍBA*, fazendo com que os temas ali abordados se tornassem tangíveis ao estudo, lembrados pela escrita e comemorados pela tradição. Inegavelmente, estas discussões pretendiam atingir o objetivo chave que estavam para além dos já mencionados; mais que isso, contribuía para a formação do sujeito paraibano, da identidade e do espaço que historicamente pertencia a Paraíba.

A base da historiografia sistematizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano teve como ideia central a existência de um tipo específico de ser humano se define por ser paraibano, algo que chamaremos nesse trabalho de paraibanidade. Termo esparsamente utilizado pelos fundadores do IHGP, mas que é o grande definidor de todo o pensamento criado pelo Instituto Histórico (DIAS, 1996:50)

---

5 DIAS explica que a baixa produção e irregularidade de publicações do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano se deram graças ao fato de este encontra-se em relação de dependência ao governo estadual que era quem autorizava ou não a publicação pela gráfica d'A União. Inclusive um dos números, 06, só foi possível graças aos recursos do próprio instituto, o que justificou a ausência de publicação por dez anos, entre 1912 e 1922.

Essa figura que surgiu através desta historiografia: *A paraibanidade*, o ser paraibano, possuía duas características fundamentais que assumiram papel definidor de nossa “essência”. O nascimento desta população distinguiu-se de toda a sociedade brasileira porque nosso primeiro traço fundamental foi a paz, e desta primeira natureza surgiram nossos primeiros heróis, João Tavares e Piragybe.

Não foram as lutas, e não foi o trucidamento da cultura indígena que proporcionaram esse novo espaço. Foram expedições portuguesas que tiveram muito trabalho em ocupá-lo, mas elas são descritas como os vários capítulos de uma epopeia, onde o final feliz foi “convencimento”, traduzido no acordo com a parte “boa” dos indígenas, de que esse seria o melhor caminho para o que viria a ser a Paraíba. (DIAS, 1996:51).

DIAS revela nesse trecho um dado muito importante: de que a existência da Paraíba só foi possível através da aliança do português com a parte boa, os gentis. A autora ainda foi feliz em aspear as palavras “convencimento” e “boa” a fim de expressar o real sentido que gostaria dar a sua afirmação. Como poderia se considerar esta aliança com a “boa gente” sem ponderar que essa mesma população, momentos antes da aliança, era mais um inimigo, apenas mais um hostil? Seria, portanto, o caso do processo de aceitação seguida de aculturação discutida na escrita de ALMEIDA (2010), ou seria apenas mais um exemplo da forma com que, *grosso modo*, a historiografia tratou os índios que “apareciam na história como índios apenas no momento do confronto, isto é, quando pegavam as armas e lutavam contra os inimigos. Assim, os tamoios, os aimorés, os goitacazes e tantos outros eram vistos como índios guerreiros” (ALMEIDA, 2010:13). Neste sentido nada mais saudável que entrar no exército desses índios e através da própria historiografia perceber as falhas neste processo de escrita.

## 2. Uma identidade local que não se sustenta

A “crise do sujeito” evidenciada na obra *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, de Stuart Hall, aponta um momento importantíssimo para as discussões sobre a identidade, isto porque a chamada virada do século XIX ao XX fez emergir discussões<sup>6</sup> antes pouco relevantes. No capítulo *A identidade em questão*, HALL, nos apresenta este momento de fissura entre as convenções e as necessidades do moderno de criar elementos – ou, se

---

<sup>6</sup> Stuart Hall nos fala sobre a virada do século e explica que o argumento é de que as velhas identidades que garantiram por muitos espaços estáveis de fixação não mais podem garantir tal lugar já que o novo sujeito tornou-se um indivíduo moderno, individual e fragmentado. Fala ainda que um tipo diferenciado de mudança estrutural tem transformado a sociedade e fragmentado as culturas de classe, gênero, sexualidade. Isto têm gerado o deslocamento do sujeito com suas identidades e ocasionando a perda de sentido.

quisermos chamar, “categorias” – de identificações capazes de estabelecer certo “norte identificador” aos sujeitos modernos, neste sentido fica claro para nós que as velhas identidades não mais são suficientes para compartimentalizar e mesmo “estabilizar o mundo social” no contexto de ascensão de um sujeito que deixa a forma de monólito e assume a perspectiva fragmentária.

A apropriação deste contexto norteia nossa pretensão de questionar a chamada *paraibanidade* identificada por DIAS (1996), em função da dita *Historia da provincia da Parahyba (1912)* construída por Machado, que fala de um povo de natureza sublime cujas qualidades refletem o que é ser paraibano. Fomos construídos como um povo pacífico porque o nascimento de nossa identidade foi possível através de acordo de paz que beneficiou o processo da conquista da Paraíba, assim como também fomos pensados como de natureza bravia já que como uma unidade, conseguimos expelir o invasor de nossa terra<sup>7</sup>, nossas raízes foram forjadas através de ideais de autonomia e ordem, colaboramos com o projeto de modernização, enfim, somos um povo diferenciado, portando, somos detentores de uma identidade local que transcende e atinge o contexto de cooperação nacional, no primeiro momento na luta contra o “invasor” e posteriormente no projeto republicano. No tocante à *paraibanidade*, gostaríamos de dar atenção especial à paz como característica definidora do que é ser paraibano, isto porque pensamos ser possível a partir dela encontrar os primeiros traços de uma identidade que não parece encontrar seu povo para se fixar.

A obra de Maximiano Lopes Machado “*História da Província da Paraíba*”, é fundamental as discussões historiográficas paraibanas. Na escrita desse autor obtemos as mais variadas e profundas informações sobre o processo de conquista e expansão da Paraíba, das “invasões” Holandesas, da construção dos heróis de guerra e principalmente do processo de construção da identidade local, portanto MACHADO assume papel de prestígio na nossa discussão.

A velha historiografia já amplamente questionada, mas ainda pouco revisada, produzida pelo IHGP apareceu neste contexto como um formatador daquilo que se pretendia produzir como história da Paraíba, marcos e feitos históricos e seus próprios heróis. Assim como a escola metódica o Instituto criou seus lugares e deu nome a suas autoridades. A formação de uma identidade para esta historiografia necessitou de uma base de sujeitos que

---

7 A figura de invasor é tratada pela historiografia, e evidenciada por DIAS, como sendo a do Holandês, do Francês, neste sentido quando falasse de invasor jamais se considera o Português por considerar-se que este seria o elemento fundamental para a construção da nossa sociedade, portanto, a historiografia deixa de lado a configuração de invasor para o português, mas se utiliza deste tempo para falar dos holandeses e franceses que aqui estavam, dando um significado de pertencimento ao português que aqui estava.

representasse o espírito coletivo, a luta e a determinação deste povo especial, mais que isso, representasse não a massa populacional, mas uma pequena parcela que estaria acima dela tomando as decisões que seriam difundidas por toda a sociedade. A criação de heróis paraibanos teve um custo altíssimo, muitos sujeitos precisaram morrer historicamente para que os heróis fossem alocados em seus cômodos lugares.

A segunda característica de nossa paraibanidade, a bravura, está relacionada a um evento específico visto por um olhar específico: a resistência dos paraibanos às invasões holandesas. Tal característica configura um dos pontos-chaves das discussões feitas pelos IHGP durante o período, não bastava escrever a História da Paraíba, mas dissociá-la da própria história de Pernambuco que tratava com bons olhos o período de contato com os Holandeses a quem atribuiu um momento de desenvolvimento econômico-social e cultural, sobretudo em Olinda e Recife, “onde até as obras de infraestrutura na cidade servem para justificar como benesses do estado holandês. A Paraíba ficou à resistência” (DIAS, 1996:56). Esta segunda característica desta identidade paraibana possui um outro aspecto de fundamental importância, trata-se de um componente fundamental, “o sentimento de nacionalidade já demonstrado na resistência e nas lutas para a expulsão dos holandeses” (DIAS, 1996:56), ou seja, trata-se do “cordão fluídico<sup>8</sup>” que ligou a *paraibanidade* ao contexto de formação de uma identidade nacional pretendida pelo IHGB.

A peculiaridade da história paraibana faz surgir um sentimento de particularidade dos próprios paraibanos e de, muitas vezes, negação aos pernambucanos. Mais que isso, esta primeira escrita sobre a Paraíba assume como objetivo, como citado anteriormente, estabelecer uma história independente a Pernambuco, colocando-a em paridade com a sua vizinha. Essa necessidade se deu, sobretudo, por pouco a pouco o espaço social, econômico e político torna-se cada vez mais capitaneado por Pernambuco. De todo modo, o IHGP, em suma, prezou em cultivar a existência de um povo paraibano e de um povo pernambucano, sendo ambos diferentes já que a identidade atribuída ao paraibano é atípica, única. A ocupação Holandesa no território paraibano teve um objetivo bastante claro, econômico; estas terras de massapé propícias ao cultivo da cana-de-açúcar junto as produções de Pernambuco e Itamaracá garantiam para a metrópole um lucro acima daquele provido por todo o comércio das Índias. O projeto de dominação dos holandeses foi cauteloso e sistemático, foram necessárias ao menos três batalhas para se fixarem no território e suas preocupações iniciais

---

8 Utilizaremos o termo cordão fluídico com a finalidade de explicar de forma subjetiva a proposta do instituto para com o contexto de formação da identidade nacional: se parece com um fio prateado cuja finalidade fora de estabelecer uma ligação entre um espírito local em definição, aquilo que genericamente chamamos de paraibanidade, e um corpo nacional ainda em formação, que representaria a brasilidade.

não poderiam ser outras, defesa de si e do seu projeto. Durante os vinte anos que estiveram na capitania não pensavam em gerar grandes mudanças de cunho econômico-social bem como político-administrativo, a imagem que gostariam de passar era de pessoas amistosas, embora incontestáveis em situações de tomada de decisões importantes.

Este momento de “ocupação” garantiu muitos frutos positivos para a capitania, embora o IHGP tente negar tais contribuições, a exemplo disto trata-se do processo de interiorização da Paraíba que se dará a partir da figura do “invasor”, sobretudo, na busca do ouro e metais preciosos, o período de ocupação neerlandesa nesta capitania também possibilitou avanços quanto a forma como as atividades foram desenvolvidas pelo território, aquilo que MELLO (2007) chama de *caráter ecológico*<sup>9</sup>. Outro exemplo da contribuição destes povos são os documentos deixados por eles que nos traz informações acerca da capitania que estão para além de tratados puramente político-econômicos, mas na verdade, arquivos que servem como fonte de pesquisa para compreender os diversos espaços da capitania, bem como uma grande quantidade de informações que estão relacionadas a questões que vão desde o comércio à religião. O período de vinte anos de “dominação” holandesa nestas terras serve como conteúdo para a colaboração da criação do mito da identidade paraibana já que estes que aqui estavam, paraibanos, chocavam-se com as imposições dos “invasores” e procuravam uma saída desta situação através da luta armada, desta forma se construiu não apenas a dimensão da bravura dos paraibanos, mas se heroizou aqueles sujeitos que mediante a situação que se encontravam, sob controle do invasor neerlandês, resistiram.

SILVA (2006) se apóia em DIAS (1996) para reafirmar o processo no qual se deu origem aos heróis locais, as figuras criadas pelo IHGP que representam as características do puro paraibano, dócil, bravo e republicano em considerando que a passagem durante o império, pelos paraibanos, parece não ter ocorrido já que aqueles já possuíam a consciência de que mais a frente a república seria instalada, ao menos é esta a explicação dada pela nossa historiografia para ligar a figura do paraibano ao contexto nacional. Neste momento, de invasão, o projeto do instituto nacional, de criação de uma identidade, choca-se, a nível local, com seu primeiro obstáculo, mas coube aos paraibanos, como sujeitos aguerridos, a resistência já que aquela situação feria sua nacionalidade, uma vez que parecia possuir uma proposta de rompimento da esfera local para com a nacional. Esta explicação é suficiente para compreender porque o instituto paraibano produziu uma história desconectada com a

---

9 O caráter ecológico mencionado pelo autor tratava-se de estudo realizado nas áreas produtivas da Paraíba que tinham por função recomendar os melhores lugares para a prática do plantio das monoculturas, mais que isso, os lugares de melhor proveito para atividades de criação de gado.

pernambucana e, sobretudo, uma crítica fortíssima a “suposta” participação holandesa no desenvolvimento da capitania.

Um “terceiro caráter” da formação da dita *paraibanidade* parece ter apreço para com a república, disto originasse uma questão que gostaríamos de explicitar. O “processo evolutivo” do Brasil, o republicanismo, trouxe uma série de transformações na sociedade que, sem querer entrar muito profundamente no mérito da questão, fez surgir durante a primeira república movimentos de contestação, tais como o Cangaço e Canudos. Se o republicanismo estava inserido desde antes de sua criação no espírito do paraibano, como discutir acerca das ordens religiosas que se articulavam em pro de uma sociedade ordenada na nossa capital, sem querer ser anacrônico, em uma nova ordem política que pretendia, em seu texto, garantir a separação da igreja e do estado? Talvez uma questão que não possa ser respondida neste trabalho, mas funciona como mais uma indicação acerca da necessidade de se pensar esta história tradicional construída pelo instituto local e financiada pelo Estado.

Adentrando em um território um pouco mais mítico veremos os casos de sujeitos que passam pelo processo de heroicização, são alguns daqueles representantes das classes de maior representatividade e que no momento da “invasão” holandesa levantam-se de suas confortáveis cadeiras, deixam o aconchego de seu lar e ergueram suas bandeiras de ordem em defesa da sua terra, o real representante da *paraibanidade*, um sujeito que transcende a materialidade, Vidal de Negreiros. É SILVA (2006) quem vai nos apresentar, em sua obra *Vidal de Negreiros: a necessidade de construção de um herói legitimamente paraibano*, o processo de lapidação deste sujeito que, através da história pensada, mitifica Vidal de Negreiros como representante da restauração, alguém que lutou em defesa da fé católica e que assumiu o compromisso de expulsar de uma vez por todas o invasor, tratava-se de um exímio articulador, estrategista e estava nos braços do povo. Todo modo, o processo de criação dos heróis locais trata-se de mais um dos questionamentos acerca de como se construiu o mito da bravura através da história local praticada pelo IHGP, este é um dos principais cuidados que temos ao fazer esse processo de resgate da nossa história já que muitos sujeitos como os da tetrarquia da restauração<sup>10</sup> assumiram, neste projeto escriturário, vozes sobre-humanas que pareciam brandir pelo todo e que nos faz pensar que o todo também gritava o mesmo que o seu herói, mas e os que não podiam gritar, onde ficaram?

Todo modo este trabalho busca versar acerca da paz como um aspecto representativo de nossa identidade local pensamos ser apropriado dar espaço ao referido autor para que ele

---

10 A tetrarquia de heróis da restauração foi representada por Vidal, como representante branco de origem brasileira, um representante índio (Camarão) e um negro (DIAS).

nos apresente os personagens que mais tarde participaram da permuta que deu origem a Paraíba. Com a finalidade de melhor situar o leitor neste espaço, quando pretendemos apresentar os pensamentos iniciais do mesmo, se refere aos capítulos um ao cinco, é onde discute não somente o processo de colonização da Paraíba, mas o contexto em que se insere, portanto, a própria colonização do Brasil.

### **3. O paraibano Maximiano Lopes Machado**

Maximiano Lopes Machado, filho do negociante português Manoel Lopes Machado e Anna Joaquina de Albuquerque Machado nasceu em 7 de agosto de 1821 e viveu grande parte da sua vida na capital pernambucana onde pôde ser lesionado pelos padres congregados de S. Fellipe Nery, convento da Madre de Deus. No ano de 1840, ainda em Olinda, iniciou na faculdade de direito e obteve, quatro anos mais tarde, o título de bacharel em ciências jurídicas e sociais, o que lhe redeu, na mesma cidade, a nomeação de promotor público.

Pouco depois no ano de 1847 obteve a nomeação de juiz municipal de Areia ao mesmo tempo em que eclodiu a “rebelião” praieira. Machado, descrito normalmente como liberal esteve do lado do que preferiu chamar de “revolucionários” escrevendo seu primeiro livro publicado em 1851 “A História da Revolução Praieira”. Embora tenha demonstrado sua grande capacidade na escrita, na cidade de Campina Grande dedicou sua vida profissional a advocacia e a política contribuindo, depois tornando-se chefe, com o processo de reorganização do partido liberal da cidade.

Suas passagens mais importantes ocorreram na Assembléia Provincial Paraibana, na Escola Normal de Recife, quando retorna em 1864 a Pernambuco, e na Assembléia Legislativa de Recife. Um dos feitos mais históricos do historiador paraibano foi verificado quando em 1869 voltou-se acerca da questão abolicionista que fora proposta a ser discutida pelo deputado Araujo Beltrão. No episódio foi a frente em defesa dos cativos. Pouco antes de sua morte em fevereiro de 1895, iniciou seus trabalhos como sócio do *Instituto Archeologico e Geographico*, em Pernambuco. Deixou de herança a magnífica obra *Historia da Provincia da Parahyba*, mas não o fez sem antes deixar uma mensagem no prólogo desta obra sobre o porquê escrevia sobre aquilo, da honra e do sentimento de profundo respeito e amor para com a Paraíba. Foi um paraibano preocupado e estimulado a reverenciar a história de sua própria terra em observância ao que se fazia no contexto nacional.

Nossa apresentação acerca do grande historiador só foi possível graças ao empenho de outros sujeitos que no passado preocuparam-se em registrar nossa história, primeiramente a Manoel Tavares Cavalcanti, quem escreveu uma biografia publicada no *Almanach do Estado da Parahyba* e em especial ao sr. João de Lyra Tavares que redigiu um lúcido comentário sobre Maximiano Lopes Machado publicado no ano de 1912.

#### **4. O espelho que não reflete a perfeição: um choque apropriado**

De pronto nos deparamos com uma escrita muito rica em detalhes na qual, antes mesmo de discutir o processo de colonização do Brasil, se preocupa em apresentar o contexto português vivido antes e depois da descoberta. Espantamos-nos com as apresentações iniciais do autor acerca de como D. Manuel recebeu as notícias sobre a descoberta das novas terras: “D.Manuel recebeu friamente o descobridor do Brazil e tratou d’enviar novamente aos mares da India o célebre D. Vasco da Gama”<sup>11</sup> (MACHADO, 1912:8), muito embora o rei português tenha enviado pouco depois da descoberta aqueles que podem ser considerados com os primeiros habitantes portugueses:

Os infelizes degredados, sem os bons exemplos que regeneram, bem depressa adquiriram os costumes e as praticas barbaras dos selvagens, transmitindo a estes por sua vez novos meios de destruição. E se em suas relações com elles perderam o horror dos banquetes sanguinarios, os naturaes perderam tambem, pelo seu lado, o respeito e a veneração que impunha uma raça superior. (MACHADO, 1912:9).

O autor deixou implícita sua primeira indignação para com o desprezo e o estado de esquecimento em que se deixou o Brasil. Conclui que o Brasil nada deve ao reinado de D.Manuel, mas nos dá um outro dado importantíssimo, trata-se das primeiras relações de contato entre os nativos e os primeiros degradados enviados as terras de Vera-Cruz, uma relação promiscua que revelou o que há de mais obscuro da natureza do português. Este quadro de esquecimento só veio a mudar cinco anos após o início do reinado de D.João III, filho de D.Manuel, não porque o novo rei tinha planos diferentes que os de seu pai, mas porque existia um risco real de ocupação e dominação destas terras pelos franceses: “por mais de um quarto de século, esteve a terra de Vera-Cruz abandonada, e assim continuaria, se os Francezes não pretendessem occupal-a” (MACHADO, 1912:10).

---

11 Este episódio revelou como as notícias da descoberta da nova terra não representaram nenhum impacto nas programações de D. Manuel que, segundo MACHADO, “Estes cortezãos hypocritas e corruptos tinham muito que ver e lucrar da conquista da India para desviar dahí as suas atenções e voltal-as para a terra da Vera-Cruz (MACHADO, 1912:9).

Os esforços dos portugueses, agora extremamente necessários, foram uma resposta às manobras francesas. Uma expedição liderada por Christovam Jacques no ano de 1526 culminou com a edificação de uma feitoria, mas segundo MACHADO aquelas mesmas terras, Itamaracá, já haviam sido ocupadas pelos franceses que chegaram a estabelecer uma pequena colônia na região. Quatro anos depois, a expedição de Martim Affonso de Souza “com cinco velas e quatrocentos homens, com ordem expressa de tomar posse da terra definitivamente” (MACHADO, 1912:10) reforçou o argumento de que era necessário mostrar aos franceses os reais donos da terra. O “invasor” vinha até estas terras em busca do dito *ymirá-pyranga*, ou pau-brazil, que segundo o próprio autor produziu um incremento revolucionário no processo industrial da Europa.

Tal como fez o MACHADO é imprescindível, para seguir a discussão, comentar sobre o custo da colonização. Um ponto é levado em consideração inicialmente: o fato de o sistema positivo produzido nas ilhas da Madeira e Açores não poder ser reproduzido na terra de Vera-Cruz. Como poderia dar certo em uma terra longínqua, tomada por tribos selvagens onde os riscos de navegação e hostilidade dos nativos colocavam em risco a eficácia do mesmo? A resposta econômica de Portugal foi as capitânicas hereditárias, mas isso deu espaço a um precedente que segundo MACHADO pode ter destruído de forma irreparável as relações com os nativos.

Se a corôa não hesitasse nos meios de promover por si a colonização brasileira, se não quisesse despender sem proveito os grossos cabedaes que ainda importava d’Africa e Azia, em conventos e inquisidores, a povoação seria mais prompta, e talvez não se tivesse registrado tantas crueldades contra os aborígenes, nem se originado no coração deles tão profundados odios que lhes trouxeram o horror á vida social. (MACHADO, 1912:11).

Da necessidade de proteção e da importância que o Brasil começava a desempenhar, e na impossibilidade de arcar com as despesas da colonização, D.João III, a fim de conservar essas terras, dividiu-as em capitânicas hereditárias toda extensão da costa e entregou aos cuidados de pessoas de relevantes serviços e fidalgos de sua casa, sendo assim MACHADO se apoia nas cartas de doação para identificar as concessões e as capitânicas fundadas, o primeiro detalhe que nos chama atenção trata-se da preocupação do autor em estabelecer a devida correção para como a história da capitania da Parahyba que, segundo ele, passou por inconsistências na fala de outros autores que afirmaram pertencer a João de Barros as terras desta capitania:

Semelhante afirmativa, porém, é inteiramente destituída de fundamento. Não houve nunca capitania daquelle nome nas concessões feitas a donatarios, nem podia haver; por quanto: a capitania concedida a João de Barros era a do Maranhão (MACHADO, 1912,13).

Logo os altos custos foram verificados por aqueles que detinham as cartas de concessões, o que refletiu, em sua maioria, na falência do projeto e dos capitães que além das dificuldades já mencionadas foram, muitas vezes, repelidos e desencorajados pelos próprios nativos:

Quem diria, que aquelles que receberam alegremente a Pedro Alvares, e assistiram em convivencia a festa da inauguração da Cruz, tão innocentes e bons, como escreve Vaz de Caminha ao rei de Portugal, e que para sua salvação só era bastante haver quem os dirigisse, fossem os mesmos que obrigaram Vasco Fernandes a fugir e mataram Jorge Menezes? Quem mudança repentina foi essa que de bons e innocentes que eram, passaram à fêras sanguisedentas. (MACHADO, 1912: 15).

Como já ficou evidente o próprio autor denuncia acerca dos maus tratos que aqueles nativos sofreram, acusa a gente de Francisco Pereira Coutinho pela morte cruel do filho de um dos chefes dos *Tupynambás* e atribui a vingança contra Francisco como o protesto de um povo ofendido. Era de se esperar, portanto, que a violência por parte dos portugueses fosse respondida com mais violência. Em contrapartida povos distintos, por vezes inimigos históricos, se viram na necessidade da união: “pondo elles de parte as suas dissensões domesticas, se confederassem contra o inimigo comum” (MACHADO, 1912: 26). Os franceses, onde estão? Os esforços para expurgar os “invasores” das terras do novo mundo não foram suficientes para conclusão do objetivo, não por falta de esforços, mesmo que estes não com tanta veemência, mas por estes estarem desequilibrando a balança de forças. Se os nativos tinham muitos motivos para a formação de coalizões contra os portugueses o mesmo não pode ser dito sobre os franceses que desde sua chegada manterão boas relações com os índios que tinham contato, a própria colônia fundada na ilha de Itamaracá só foi possível com aval e ajuda dos nativos da região. MACHADO deixa clara a visão dos indígenas acerca destes dois personagens distintos: se por um lado temos o português cruel e violento, do outro temos o francês cordial e generoso que, se aproveitando da situação, instigava o ódio ao primeiro:

É que estes dominavam pela generosidade e pelo amor, politica humana, bem astuciosamente manejada para tornar ainda mais detestados os primeiros, os quaes se impunham opprimindo, cativando e desfazendo-se delles como quem se desfazia de uma cousa inutil. Chegaram mesmo á fazer passar, que não eram criaturas humanas, porém brutos animaes, negligentes, imbecis, aos quaes não se fazia mal em desprezar, perder e matar! (MACHADO, 1912: 26).

Em virtude da violência alarmante a igreja precisou manifestar-se sobre os acontecimentos deste lado do globo e desde então os atrozos portugueses com seu projeto de colonização precisavam enfrentar não apenas os nativos “sanguinários”, os franceses “surrupiadores”, mas os religiosos que estabeleciam gravíssimas críticas a forma com que estes portugueses lidavam com as tribos. MACHADO confessa que seria mais fácil lidar com os índios ignorantes que com os portugueses amorais:

Por essa ocasião vieram mais quatro religiosos, e com elles a nomeação do Padre Nobrega para vice-provincial. Todos elles partiram para o sul, onde se tornaram notaveis pelo exemplo e zelo na propagação da fé. O norte, porém, não merecia igual solitudine, apesar do furor dos Indios, provocados pela violencia e oppressão dos dominadores, os quaes viviam em tal desmoralização, que mais fácil era converter os selvagens do que vencer a deshumanidade e os vicios dos Portuguezes. Aquelles procuravam os missionarios, ouviam-nos e submetiam-se, mas estes, sem leis nem religião, por muitos anos entregues á toda sorte de desvarios e crimes, não os attendiam nem queriam saber o que elles diziam. (MACHADO, 1912: 28).

O histórico de confronto entre portugueses e índios é vasto. Na obra “*Os índios na história do Brasil*”, ALMEIDA (2010) comenta que a conquista do território na América portuguesa não foi pacífica considerando que o “dono da terra” precisou lidar não apenas com a presença do estrangeiro, mas com o comportamento hostil de alguns índios, portanto, a guerra assume papel fundamental de consolidação do português no espaço que “lhes pertencia”. A autora trabalha com a dicotomia entre índios hostis e índios aliados para refutar que entre guerras coloniais e guerras indígenas não existiam fronteiras bem definidas. As chamadas guerras justas surgiram como ferramenta fundamental no combate as tribos hostis, a proposta era de dar por vencido os hostis tornando-os escravos ao passo que os aliados eram organizados em aldeamentos para então: “se tornar súditos cristãos” (ALMEIDA, 2010:46).

Se por um lado os portugueses lutavam uma guerra justa, de outro as guerras de resistência eram travadas pelos índios “hostis”. Tais confrontos deram origem as diversas descrições acerca da perversidade das tais tribos hostis: “Alguns desses grupos foram especialmente aguerridos e tornaram-se bastante conhecidos pelas descrições extremamente negativas e estereotipadas, como os caetés, os potiguaras, os goitacazes e os terríveis aimorés” (ALMEIDA, 2010: 47). Seria muito fácil pensar uma conquista sem resistência, que os nativos não estivessem inseridos no contexto da guerra e que os conflitos só se originaram com a chegada do português, mas isso só seria possível se ignorássemos as diferentes relações de paz e guerra construídas entre as mais diversas tribos de nativos do Brasil.

É possível ainda pensar que esta população surgiu da paz? Porque se considera a paz e não a guerra? Onde nessa história a função social da guerra é tratada? Os rituais de vingança? O ódio e a aliança?

Com a paz que se acabava de afirmar, decahia consideravelmente o poder dos potyguares, e o que convinha fazer era aproveitar todas as vantagens da situação: repelir os naturaes para o Rio Grande, embaraçando por este meio a intervenção dos franceses, e os esforços empregados para se estabelecerem no Parahyba; fortificar os postos occupados antes que estes tornassem pelo verão á dirigir novos ataques; povoar a terra; chamar ao gremio da civilização os novos aliados; tratá-los como homens, doutrinando-os e defendendo dos assaltos dos seus inimigos. (MACHADO, 1912:86).

Talvez uma resposta a estas inquietações só seja possível quando chocamos a *paraibanidade* consigo mesma. Trata-se do espelho cujo reflexo não representa a figura que se dispõe a frente dele, mas de um conteúdo reconfigurado, transformado em uma figura “grotesca” que esta historiografia tentou maquiá-la. O espelho da verdade que consegue remover as camadas superficiais de uma pele jovem e brilhosa refletindo, por fim, aquele sujeito de olhos profundos e obscuros, com dentes afiados e lábios manchados de sangue, em uma das mãos segurando um machado, na outra uma cabeça decepada: A guerra.

## 5. Que sujeito intrigante é este que tentaram aniquilar?

O Instituto Histórico e Geográfico brasileiro (IGHB) fundado em 1838 com a intenção de criar uma história do Brasil que unificasse a população do novo estado em torno de uma memória histórica comum e heroica, iria reservar aos índios um lugar muito especial: o passado. Nessa história os índios apareciam na hora do confronto, como inimigos a serem combatidos ou como heróis que auxiliaram os portugueses. (ALMEIDA, 2010:17).

Será possível ainda praticar uma história que pense as relações de contato como tão prejudiciais a ponto de fazer com que os índios tornam-se apenas vítimas indefesas nesse processo, dando-lhes apenas duas opções, a resistência seguida da morte, a subjugação seguida da aculturação e desaparecimento? Se a resposta é sim, talvez seja possível pensar no surgimento da *paraibanidade* através da paz entre um povo que ansiava pelo seu desaparecimento, por outro lado, podemos pensar as relações de contato não mais a partir dos conceitos de submissão/dominação, índio puro/aculturado, aculturação/resistência. Essa segunda proposta histórico-antropológica nos dá a possibilidade de repensar estas relações de contato e verificar como a cultura indígena não se trata de um bloco uniforme e que não pode sofrer mutações, verificaremos que ao invés da aculturação temos a apropriação e

resignificação a fim de garantir a sobrevivência, pois “Essa tem sido a tendência dos trabalhos das últimas décadas, através dos quais podemos perceber que as atitudes dos índios em relação aos colonizadores não se reduziram absolutamente à resistência armada, à fuga e à submissão passiva.” (ALMEIDA, 2010:23)

As descrições acerca do processo de tomada do litoral da Paraíba por parte da coroa portuguesa poderiam muito bem ser utilizadas como conteúdo que compõe o corpo de uma obra cuja temática abordada seria: Estratégias de guerra, como proceder para uma fuga bem-sucedida. Obviamente essa suposta obra estaria sendo generosa em utilizar tais descrições a fim de representar estratégias para uma boa fuga. Chega a ser cômico o modo como MACHADO descreve o quadro de conflitos que, na tentativa de tomar o território ao norte da capitania de Itamaracá, representou uma sucessão de fracassos. Contudo, antes promover uma incursão sobre esta questão, alguns pontos iniciais precisam ser explicados.

O que ocorrera no ano de 1585 para que a chamada vitória da coroa acarretasse o surgimento da nova capitania? Por que surgiram esforços do IHGP em criar uma história puramente paraibana que edificasse a imagem de um povo intrépido? O que existia entre Pernambuco e Paraíba? A história da capitania real relaciona-se diretamente a própria história de consolidação e fortalecimento das vizinhas ao sul: Itamaracá e Pernambuco. Este primeiro momento será dedicado a comentar sobre um espaço que geograficamente representou um projeto impossível de ser executado: De modo geral o território que fica entre Itamaracá e a Baía da Traição, mais especificamente do rio Goiana, ao sul, e a Baía da Traição, ao norte. Assim como GONÇALVES (2007) discutiu, é importante pensar o olhar da coroa portuguesa sob esse território quase irreconhecível onde os medos, perigos e desejos se misturam. Geograficamente, entre a Paraíba e Pernambuco, sem querer cair no anacronismo em considerar concebido já com tal denominação, existia o território de Itamaracá. Reduto dos marginais, paraíso dos sem alma<sup>12</sup>, a capitania de Itamaracá foi um território perdido no espaço e no tempo, e nem o melhor dos esforços dos capitães e da própria coroa portuguesa

---

12 O primeiro contato com a dita capitania de Itamaracá, explica MACHADO, surgiu da necessidade da coroa portuguesa, na figura do rei D.João III, de expulsar os franceses que forçadamente tentavam estabelecer-se nestas terras, o propósito deste estabelecimento era, principalmente, a exploração do pau-brasil, o bom relacionamento com os nativos contribuiu para que esse estabelecimento em potencial fosse possível. As terras da referida capitania foram ocupadas no ano de 1526 a partir de uma expedição liderada por Christovam Jacques, na oportunidade uma feitoria foi estabelecida em Itamaracá, no entanto, o próprio autor comenta que esta região já fora anteriormente ocupada por franceses que, via de regra, mantiveram bom relacionamento com os nativos. A fundação da capitania de fato só veio ocorrer após o estabelecimento da segunda colônia, quando Pedro Lopes obteve sua respectiva carta de doação no ano de 1534 e apenas um ano após a carta deu início ao processo de povoação. Com a morte de Pedro Lopes a capitania foi herdada por sua esposa D.Isabel de Gambôa e, por fim, por sua filha D.Jeronyma d’Albuquerque Souza, “aqual poude apenas conservar o pequeno nucleo colonial, formado por seu pae” (MACHADO, 1912: 18)

conseguiu modificar esse quadro, mas sua história não fora marcada apenas pelas sombras da escuridão.

Houve um breve período de fortalecimento e progressão e é deste mínimo momento que nos aproximamos, mesmo que superficialmente, para tentar entender mais acerca do processo de posse das terras das capitanias do norte do Brasil. Os dias dourados da velha capitania são descritos por GONÇALVES (2007) através da figura do capitão João Gonçalves, nomeado como governador após a morte do primeiro capitão donatário Pero Lopes de Sousa seguido por um longo período de abandono. Este governador conseguiu garantir paz entre os nativos que desenvolveram certa afeição por ele, o que revela que a relação hostil ou de apaziguamento entre portugueses e índios, nos primeiros momentos da colonização, se dava através da forma com que o contato entre eles se dava.

A primeira fase da colonização assumiu o objetivo de povoar aquelas terras, o que o fez, no entanto, a segunda fase do processo de colonização se mostrou extremamente prejudicial para esta relação, uma vez fixados na terra as atividades agrícolas em desenvolvimento representaram uma demanda crescente por mão de obra indígena que o português só sabia obter através do cativo e da violência, o desgaste da relação e o trucidamento do português fez surgir o ódio. No que diz respeito a Pernambuco isto se tornou um problema muito sério, os nativos<sup>13</sup> da região litorânea do nordeste foram conhecidos, sobretudo por sua organização militar desenvolvida e por seu desejo de lutar. Esta situação de impasse, gerada pela necessidade de utilizar a mão de obra indígena na produção da Cana na capitania de Itamaracá e Pernambuco, e o constante risco de invasões e resistência dos nativos da região fez com que a tensão e o receio pelo avanço e tomada por completo de Itamaracá por parte dos *homens da terra* se tornasse uma inconstante. Preocupados com o levante Potiguar, Pernambuco, em defesa do seu território, questionou a coroa portuguesa acerca de

---

13 Segundo MACHADO (1912) e GONÇALVES (2007) em, respectivamente, “História da Província da Paraíba” e “Guerra e açúcar: a formação da elite política na capitania da Paraíba” os índios Potiguares habitavam a região entre o rio Goiana, ao sul, e a baía da Traição, ao norte. Demonstrando que esta tribo estava localizada ao litoral do território que posteriormente se tornaria parte da capitania real. Outro esboço feito por DANTAS, SAMPAIO e CARVALHO (1992) no livro “História dos índios no Brasil”, capítulo que fala sobre os índios do nordeste, acerca da localização desses índios era de que habitavam a região do Rio Paraíba às margens do baixo Jaguaribe, no Ceará. Os Potiguaras foram apresentados como uma tribo de índios fortes, aguerridos e aliados dos Franceses, no contexto das guerras coloniais surgiram como um obstáculo ao processo de colonização do território antes pertencente a capitania de Itamaracá. Foram inimigos dos Tabajaras embora, segundo MACHADO, esta relação mudou por um breve período quando notaram da necessidade de lutar contra um inimigo comum: o português que massacrava, escravizava e praticava atrocidades com suas populações. Os Tabajaras habitavam uma estreita faixa de terra entre duas grandes tribos, os Potiguaras ao norte e os Caetés ao sul, em Pernambuco. Da aliança entre portugueses e Tabajaras foi possível uma luta “justa” contra os Potiguaras. De outro lado os Caetés foram violentamente perseguidos, sobretudo após o episódio em quem mataram e comeram o bispo D. Pero Fernandes Sardinha, eram também inimigos dos Potiguaras mas, segundo ALMEIDA, no livro “Índios na História do Brasil” associavam-se também a franceses, que incentivavam a hostilidade para com os portugueses.

quais seriam os reais tratos a serem dadas aquelas terras abandonadas. Em resposta logo se deu início a uma jornada que pretendia criar missões para “retomada” de Itamaracá e povoamento do território da Paraíba, neste sentindo os objetivos a ser alcançados por essa investida foram:

– Primeiramente precisava-se conter o levante Potiguar que se estabelecia em resposta ao mau comportamento dos portugueses em função da escravização e captura dos índios;

– Planejar-se a fim de expulsar os aliados destes índios, os franceses que desde que desde seu contato com território estavam a “contrabandear” a madeira do pau-de-tinta de qualidade jamais vista nas capitanias vizinhas, além disto estes “invasores” ofereciam real risco de estabelecimento e fortificação no rio Paraíba.

Além disto, a vitória destas investidas garantiria a Portugal uma reafirmação de seu poder no contexto internacional, considerando que havia expulsado os “invasores da terra” e mais que isso daria acesso à possibilidade de exploração do Pau-brasil de qualidade muito superior ao encontrado em Pernambuco, já que: “As matas eram mais fechadas e as árvores mais antigas, portanto, de maior porte do que as que poder ser encontradas nas capitanias ao sul” (GONÇALVES, 2007: 26).

Foi através da ordem do então Rei D. Sebastião, após o incidente ocorrido em 1574<sup>14</sup>, considerado como o ápice dos “afrontamentos” por parte dos Potiguares que se deu início de

---

14 “Acompanhado por mais de seiscentas pessoas entre homens e mulheres, escolheu local á margem esquerda do rio Capibaribe-mirim, defronte do lugar em que se achava hoje edificada a cidade naquele nome. Estabelecendo ahi o seu arrayal, fundou casas para sua família, para seus filhos casados, genros e aggregados; abriu levadas, construiu fortalezas e paliçadas; armou-as com bôa artilharia, e poz nellas soldados á quem pagava soldo de sua fazenda. Só depois de se collocar em verdadeiro pé de guerra, e em estado de rechaçar os potyguares, tratou de fundar safra, casa de eugeuho e de prover-se do necessario ao manejo de uma grande fabrica. Os indios procuraram embaraçal-o na construcção de algumas obras, mas sem resultado, porque emquanto não se tinha fortificado, ninguém mais vigilante nem mais precavido. A resolução e coragem de Diogo Dias levantaram o espirito publico abatido em Olinda e Itamaracá, e a noticia de ter repellido differentes assaltos do gentio animou tanto os moradores, que julgaram exticto o perigo que até ali os ameaçara. Diogo Dias pensando da mesma forma suppoz-se respeitado e temido. Na villa *Marial* ou de N. Senhora da Conceição da ilha de Itamaracá houve festejos pela restauração da capitania. Entretanto nunca o perigo esteve mais eminente! O franceses, conhecendo que a estabilidade de Diogo Dias naquelle lugar convidaria outros-a estabelecer-se resultando da agglomeração de moradores, interessados no desenvolvimento de suas propriedades, serios embaraços e prejuisos no commercio de pau-brazil, e que para guardar os aldeamentos do rio Parahyba de um repentino golpe de mão conviria ter o norte das suas capitanias sob pressão dos indios, resolveram de accordo com estes atacar aquelle Diogo Dias, leval-o de vencida e exterminial-o de modo á conter os portugueses no recinto de suas povoaões. Isto assentado, dispoz-se o plano de ataque. Seguiu um crescido numero de canôas coudusindo gente de desembarque, que devia acommeter pela margem esquerda do Capibaribe-mirim, pondo-se em movimento por terra uma forte divisão, que atacaria pela frente. Ambas eram dirigidas por franceses, e perfeitamente combinadas em seus movimentos. Conseguindo chegar ás proximidades daquella propriedade sem serem presentidos, atacaram a noite pelo lado de terra, e correndo todos os combatentes de Diogo Dias para aquelle lado e quando mais empenhados na acção, saltaram os do rio e atacaram pela retaguarda. Diogo Dias, que

uma série de missões<sup>15</sup>. De pronto percebemos o que parece ser a inexperiência militar dos portugueses, fato que pode ser devidamente explicado através das expedições fracassadas na tentativa de expulsão e desarticulação dos Potiguaras do território de Itamaracá. É importante, porém, comentar que o território dos Potiguares<sup>16</sup> que compreendia desde o rio Goiana à baía da Traição foi transferido aos cuidados do rei uma vez que percebeu-se que nem os donatários nem os moradores das capitanias de Pernambuco e Itamaracá obteriam sucesso no conflito.

### 5.1 Passos de sangue, pegadas de temor

Como dito anteriormente, foi através do conflito ocorrido na fazenda de Tracunhaém que a coroa portuguesa dirigiu seu olhar sobre a capitania de Itamaracá, o primeiro dos fracassos foi expedido pelo então rei D. Sebastião que ordenara ao capitão Luiz de Brito e Almeida que lidasse com a situação. Este não podendo cumprir as ordens do rei orientou Dr. Fernão da Silva, ouvidor geral e provedor mór da fazenda, que cumprisse a missão que fora dada.

Fernão da Silva, com effeito, conseguindo organizar uma divisão de cavallaria e de infantaria, e muitos indios auxiliares, poz se á caminho para aquelle logar. Em poucos dias achou-se a braços com o inimigo, e acreditando que derrotava nos primeiros recontros, quando este fugindo em apparencia ou procurava atrahir, deixou-se engordar até que envolvido com difficuldade poude alcançar a praia e fugio precipitadamente sendo sacrificada nesta triste jornada a maior parte da sua expedição (MACHADO, 1912: 45).

---

a princípio suppoz um desses muitos assaltos á que estava acostumado a rechazar, achou-se em breve envolvido por todos os lados, e então medindo a gravidade da situação chamou os de casa ás armas, e em toda a parte era visto combatendo e animando os defensores de sua pêssoa, de sua família e de seus haveres. Os indios atearam fogo nos canaviaes, e o incendio veio dar ao combate um aspecto medonho, mostrando á luz de impectuosas labaredas todo o horror do desespero e da morte. O valor por fim cedeo ao numero, e a victoria se proclamou pelos potyguares no meio de uma algazarra infernal. Seiscentos homens foram mortos da parte de Diogo Dias. Elle, seu irmão, duas filhas, um filho, seus cunhados, um genro, tres netos faziam parte da horrorosa carnificina” (MACHADO, 1912:43).

15 Informado, entretanto, el-rei D. Sebastião da carnificina da varzea do Capibaribe, do estado melindroso das capitanias de Olinda e Itamaracá, e que ellas não prosperariam, como convinha, enquanto estivessem expostas ás correrias dos potyguares, e sobre tudo receiando que os franceses se fortificassem no rio Parahyba, ordenou terminantemente ao capitão general Luiz de Brito e Almeida que os fosse repelir dali, submettesse os indios e escolhesse logar para povoação. Luiz de Brito não podendo cumprir a ordem d’el-rei por si, determinou ao Dr. Fernão da Silva, ouvidor (MACHADO, 1912: 45)

16 “Parte do território que viria a ser a Capitania Real da Paraíba, especificamente a área entre o rio Goiana, ao sul, e a baía da Traição, ao norte, que correspondia a cerca de 23 léguas, foi desmembrada da Capitania de Itamaracá. Na época em que se processaram as primeiras expedições de conquista ao rio Paraíba, no início dos anos setenta, essa faixa de terra, com exceção da região localizada às margens do rio Goiana, permanecia praticamente despovoado pelos portugueses. Era terra dos Potiguaras e porto dos franceses, mercadores de pau-brasil, seus aliados” (GONÇALVES, 2007: 23)

O mesmo Fernão da Silva foi quem organizou a segunda missão onde pretendia expelir pessoalmente os franceses invasores da região, no entanto, este segundo fracasso parece ter sido mais cômico que seu antecessor, um contingente expedicionário ainda maior e militarmente armado foi levantado com o objetivo de subjugar os nativos e expelir os já mencionados franceses. Partiriam da Bahia em setembro de 1575, chegariam ao campo de batalha em poucos dias não fosse problemas climáticos que os impediu de chegar ao destino:

Depois de alguns dias de viagem com tempos contrarios, entendeo Luiz de Brito dever arribar á Bahia, e assim o fez; mas seu sobrinho Bernardo Pimentel de Almeida, que ia por capitão mór do mar, tendo-se desgarrado da esquadra, e não recebendo aviso daquella resolução, continuou na sua derrota e foi dar fundo no anchoradouro do Recife, onde esperando inutilmente por seu tio, reseolveo-se depois de muitos dias a procural-o, indo por fim encontral-o na Bahia muito enfadado e cançado da arribada! (MACHADO, 1912: 46).

MACHADO ainda comenta sobre o alto custo empregado nesta última tentativa fracassada, arriscou afirmar que todas as organizações feitas naquelas tentativas causaram impactos irreparáveis não apenas no projeto de tomada como nas próprias vizinhas Itamaracá e Pernambuco. Ainda sobre os custos desta empresa o autor alerta sobre as vitórias obtidas por Portugal na Índia e de como os olhares de D. Sebastião se voltaram, naquele momento, para aqueles conflitos que se travavam no velho mundo. Nesta conjuntura, capitães como Jorge de Albuquerque Coelho, capitão de Pernambuco, precisaram “abandonar” suas capitânicas fazendo com que essas “se defendessem com os seus próprios recursos, pois que á isso estavam obrigadas, em quanto el-rei ia fazer admirado o seu nome pelas victorias na Africa” e continua “O governador geral do estado do Brazil passou á metropole antes mesmo de entregar o governo ao seu successor Diogo Lourenço da Veiga” (MACHADO, 1912:46).

É possível que, não fosse este comportamento de lutar em frentes distintas e deixar a colônia em segundo plano, o projeto de colonização em definitivo do Brasil tivesse ocorrido antes do imaginado. Com a finalidade de contextualizar o eleitor, cabe ainda indicar aqui que o rei D. Sebastião acabou morrendo no conflito em Alcacer-Kuibir e foi sucedido pelo rei Filipe 2°. Ainda no ano de 1578, outra expedição encarregada ao ouvidor geral Cosme Rangel de Macedo e ao provedor mór Christovam de Barros geraram ainda mais custos, MACHADO confirmar que esta expedição, embora tenha gerados custos, nunca chegou a ser finalizada já que as notícias da morte do rei impediram a progressão da mesma.

A terceira expedição considerada por MACHADO ocorreu no ano de 1579 e foi liderada pelo capitão João Tavares sob ordens do governador-geral Diogo Lourenço Veiga que assumiu o cargo em definitivo considerando que o ex governador foi feito de prisioneiro e

morto na mesma empresa que D. Sebastião. A tarefa assumida pelo capitão parece ter sido mais fácil que as assumidas por Fernão da Silva, precisamente o objetivo era de ocupar a ilha, o que fez levantando um fortim.

João Tavares sem fazer mais que isso, foi pelos índios tolerado, e até conveio no abandono daquelle posto, um pequeno local onde está actualmente a cidade de N. Senhora das Neves, levantando á margem do rio algumas pequenas casas para abrigo seu e de sua gente. Local que depois foi conhecido pelo Porto da Casaria (MACHADO, 1912: 47).

Como o fez durante toda sua explanação, o historiador denúncia o menoscabo com que a coroa tratou a colônia, neste momento a partir da figura de João Tavares que pode ser considerado como um primeiro a obter uma breve vitória no “combate” e conquista das terras da Paraíba. Segundo o autor o capitão fora esquecido e abandonado a própria sorte: “Se os índios haviam conseguido internal-o, o governo por sua parte parecia esquecel-o” (MACHADO, 1912: 47). Foi neste momento que um dos grandes nomes da conquista destas terras é mencionado pela primeira vez na escrita do autor, Fructuoso Barbosa, foi nomeado com capitão graças ao agravo das condições precárias de Itamaracá e Pernambuco seguido de queixas cada vez mais frequentes. A referida breve vitória de Tavares acabou não com sua morte, como de costume, mas com sua própria decisão de abandonar o fortim, sem nenhuma pressão por parte do “gentio”, e retornar a Pernambuco. Tanto os índios quanto o governo pouco deu importância a sua conquista e seu abandono, e neste ponto o autor ainda tenta explicar que não havia espaço para o governo dar a devida atenção a esta expedição já que “os ocorridos em Portugal, a perda e sua independência e incorporação ao reino de Hespanha, da qual sempre foram os portugueses rivais, eram motivos assas ponderosos para se esquecerem de João Tavares (MACHADO, 1912: 48).

Após a terceira tentativa, embora uma breve conquista tenha sido obtida sem que o governo se quer tenha dado os aparatos a manutenção dela, uma quarta excursão, agora chefiada pelo grande Fructuoso Barbosa, foi organizada. Foram necessários sete dias de preparo, desde sua chegada a Pernambuco para que houvesse tempo suficiente para o descanso de sua tripulação. O grande capitão, navegando para a *Parahyba*, se viu em uma situação de terrível transtorno: “correndo a mercê dos ventos e da furia das ondas foi arribar a India completamente destroçado, soffrendo perda de muitas pessoas entre as quaes sua mulher” (MACHADO, 1912: 49). A quarta expedição, segunda de Fructuoso, não nos foi apresentada pelo autor, como de costume, através de um objetivo a ser alcançado por parte do capitão. Ele, na verdade, se preocupou em narrar a sequência dos acontecimentos sem dar o

devido espaço aos detalhes que antecederam esta expedição e, na ausência de mais explicações, só podemos acreditar que o autor não tenha obtido conteúdo que sustentasse sua fala.

Frutuoso, retornando ao Brasil em fins de 1582 após a tragédia que levou sua mulher, tratou de organizar mais uma investida ao território Potiguar, o que ocorreu quando informado da existência de navios fundeados no rio Paraíba a carregar pau-brasil. Sem muita organização e sem muito tempo foi ele junto de sua armada ao encontro das tais embarcações, essa investida pode ser considerada como uma batalha de pequenas vitórias e grandes derrotas, a ver: chegando ele ao local, junto de sua armada, conseguiu tomar cinco embarcações francesas que estavam ancoradas a carregar pau-brasil, este primeiro momento de vitória talvez tenha levantado a estima dos liderados pelo capitão e por ele mesmo que decidiu partir com parte de sua esquadra para uma breve missão de reconhecimento cujo objetivo fora de examinar o lugar cuja fundação da sede do governo seria estabelecido, “Era o sitio indicado na margem meridional, extensa planicie de muitas leguas, çavada pelos ventos do mar, com surgidouro profundo e amplo, e completamente ao abrigo dos temporáes do sul, frequentes na estação invernosá” (MACHADO, 1912: 49). Estas duas frentes armadas, em um ponto Fructuoso em sua examinação e noutra parte de sua esquadra nos navios capturados, pode ser considerada com uma pequena falha estratégica já que, na ausência do capitão, um grande conflito deu-se entre os índios e os que guardavam as embarcações.

Emquanto Fructuoso Barbosa recolhia algumas daquellas informações, dava-se um serio conflicto entre os indios e a gente da esquadra fundeada naquelle primeiro lugar. Saltando é a terra um filho do governador com alguns parentes e soldados hespanhoes, atrahidos pelos encantos naturares de uma luxuosa e variada vegetação foram cahir desapercebidamente em uma cilada, donde arrebandando o gentio sobre elles os levou de rojo até a praia matando-lhe 40 homens, em cujo numero entrou desgraçadamente o filho de Fructuoso Barbosa (MACHADO, 1912: 49).

O historiador relata que a triste notícia fora recebida por Fructuoso que nada pôde fazer a não ser lamentar e esperar a chegada das forças do capitão Simão Rodrigues que havia de ter passado naquele mesmo dia no fortim fundado por João Tavares. O autor ainda comenta que sobre as forças de Simão Rodrigues, os índios capitaneados pelos franceses prepararam uma investida que seria somada a vitória na praia:

Os potyguares presentindo esse movimento, e animados com a matança que acabavam de fazer, esperaram capitaneados por franceses, aquellas forças, compostas de dusetos homens de infantaria e cavallaria, e grande numero de indios auxiliares. Não tardou muito que cahissem sobre ellas. Mas prevenido aquelle capitão pelas avançadas, recebo-os a pé firme. Travou-se combate com

encarniçamento por parte dos índios, os quais iam morrer as mãos dos soldados com selvagem valor, e depois de uma hora de luta sangrenta passava as forças de Simão Rodrigues ao seu destino, retrahindo-se aquelles aos mattos com perdas sensíveis (MACHADO, 1912: 50).

Essa primeira grande vitória por parte da aliança hispânica e portuguesa foi relatada, pouco mais a frente, por MACHADO como uma investida que parece não ter dado resultados, isto porque seguida a batalha, Frutuoso tornou a vasculhar o melhor local para construção do que viria ser a base do governo, sua missão porém não obteve sucesso algum já que não encontrara água em abundância que sustentaria um povoamento em crescimento, paralelo a esse fato o autor narra a existência de um levante crescente de índios potiguares no litoral, próximo as forças de Simão Rodrigues, que levou o capitão a decidir abandonar Frutuoso que insistia na vasculha do terreno: “Simão Rodrigues, que se havia demorado sete ou oito dias naquelle lugar, por medo ou por qualquer outro motivo, sahio tão precipitadamente que parecia fugir derrotado e até perseguido” (MACHADO, 1912: 50). Lutando contras as dificuldades, nada pôde fazer Frutuoso a não ser tornar à Bahia, o que pode ser considerado por nós como uma vitória considerando que o mesmo destino não teve o seu filho.

Mediante ao abandono perceberam, os potiguares, que podiam causar mais perdas as duas capitánias que mais se beneficiaram com a tomada de uma vez por todas do território potiguar. Uma nova tentativa só veio ocorrer quando se organizou um forte ataque através dos dois reinos, é importante, porém ressaltar que não existia animosidade entre aqueles que lutavam em busca da dominação dos hostis, existia na verdade uma pressão constante por parte destas duas capitánias que, frente a impossibilidade de fazer o trabalho por si só, apelavam ao governador para que ações fossem tomadas. Neste sentido, Antonio Raposo tornou-se o representante das capitánias onde assumiu o compromisso de ir até a Bahia encontrar-se com Frutuoso Barbosa e discutir acerca da situação de terror que se encontrava os habitantes das capitánias e, por fim, solicitar que informasse ao rei sobre a situação precária e da necessidade de uma forte investida contra os hostis que tanto causavam problemas e percas consideráveis a Itamaracá e Pernambuco.

Com a finalidade de obter uma larga vitória, pelos menos dois conselhos foram realizados para que houvesse disponibilidade de arrecadação de recursos materiais e humanos para a missão. O primeiro conselho foi realizado na residência do governador Frutuoso Barbosa que decidiu que contaria com a força e disponibilidade do Almirante Diogo de la Ribera que aguardada a chegada do general Diogo Flores de Valdez comandando uma esquadra composta por sete naus espanholas e duas portuguesas, o ouvidor geral Martim

Leitão, que deveria partir junto a Ribera, quem possui suficiente poder para levantar recursos em Olinda. Um último nome indicado por Manuel Telles Barreto não foi muito bem recebido: Martim de Carvalho que, segundo o autor, assumiu um emprego que o conselho não havia lhes dado resultando em um atraso para a partida da Bahia até Olinda.

Só em fins de Fevereiro (1584) pouda a armada estar prompta, e em estado de partir ao seu destino; em consequencia do que foi marcado o fia 1º de Março para a partida, embarcando nos dois dias anteriores a artilharia, munições e soldados que deviam compôr a expedição. No dia designado embarcou Fructuoso Barbosa, o ouvidor geral, o provedor e o bispo com a sua comitiva, fazendo de vela para Pernambuco (MACHADO, 1912: 53).

Em Pernambuco o objetivo era de reunir forças auxiliares para a garantia de eficácia nessa expedição, portanto no dia 24 do mesmo mês foi marcado um segundo conselho que tornasse visível o conchavo que se articulava, além de deliberar o dia em que a jornada iniciaria. MACHADO não esclarece muito mais sobre esta reunião e pouco depois anuncia que coube o papel de chefia da expedição a D. Filippe de Moura, podemos imaginar que tal definição tenha ocorrido já em Pernambuco durante o segundo conselho. Completa ainda o autor dizendo que partiu D. Filippe a Itamará com a finalidade de explicar o que estava para ocorrer com as populações daquela capitania a fim de obter maior capital humano disponível à expedição. Ainda sobre D. Filippe é importante comentar que MACHADO descreve que o dito expedicionário tenha questionado seu próprio papel dentro desta expedição:

Os dias decorridos, depois do conselho do Recife, a aproximação da concentração das forças em Iguarassú, os encommodos e riscos que antevia, exerceram tal influencia no animo de D. Filippe, se é que nisso não havia muito daquelle despeito a inveja dos donatarios, que desde logo se foi mostrando arrependido da commissão que aceitara do commando da expedição (MACHADO, 1912: 53).

Após o acontecimento assumiu o loco-tenente Jorge de Albuquerque a liderança da grandiosa missão que poderia dar um fim ao levante de terríveis potiguares que teimavam em resistir e destruir tudo que fosse de “bom” e civilizado, mas muitas interrogações ainda pairavam sob a cabeça de todos aqueles esperançosos: “Esta noticia causou satisfação em uns e receio em outros, os quaes anteviam a aproximação de um serio conflicto, e talvez em seguida a destruição da força expedicionaria, como anteriormente succedera (MACHADO,

19112: 55). MACHADO nos fala sobre essa missão conjunta que resultou na fundação do forte São Felipe<sup>17</sup>.

Antes da edificação propriamente dita o autor comenta uma breve investida de reconhecimento, ainda dentro das embarcações, onde encontraram cinco naus francesas abandonadas e incendiadas já a tripulação, ciente dos movimentos do inimigo, havia juntado-se aos índios na mata. Não houve conflito direto, embora o autor comente que houve uma breve hostilidade por parte dos franceses que da mata atiravam sem êxito contra as naus inimigas.

Se houve silêncio na mata durante o conselho de deliberou o lugar de construção do forte, se não houve descrições de MACHADO quanto a investidas dos Potiguaras durante a edificação do forte, o mesmo não pode ser dito depois disto. Não poderia ser diferente, em defesa da missão Valdez escolheu um local que, embora não representasse uma boa posição frente aos inimigos externos por ser um lugar baixo e de difícil acesso à água, representou a construção do posto avançado militar que garantiu a possibilidade de resistência, por curto prazo. O silêncio na mata existiu apenas para dar lugar aos olhares curiosos que observavam cada movimento a fim de que na primeira oportunidade uma forte investida derrubasse parte daquela força que encontrava-se protegida dentro do forte.

Foi durante o amanhecer, abrindo os portões da fortaleza que D.Filippe pôde contar a cifra de quatrocentos homens mortos, perdidos na noite anterior devido ao primeiro confronto planejado pelos Potiguares, o que representava que a resistência apenas começara:

Os potyguares, animados coma victoria alcançada contra forças numerosas, apresentaram-se frente da fortaleza para tomal-a de assalto. Eram elles em grande numero, e tal audacia nos diversos ataques que dirigiam, que talvez conseguissem o fim, se a furia da artilharia, que cruamente os despedaçava, os não detivesse. (MACHADO, 1912: 61).

Permanecer ali era que parecia impossível, precisavam lutar não apenas contra o levante potiguar que atacava por todas as direções, lutavam contra a fome, e contra eles mesmo considerando que não havia um pensamento unificado entre as representantes de liderança dos dois reinos, para além disso existia outro perigo do qual os portugueses ainda não tinham ideia: “Os potyguares continuavam a dirigir repetidos ataques contra o forte, e quando não o faziam, os rebates traziam a todos em movimento. Afinal conseguiram alliança com o celebre Pyrajyba, o mais poderoso da tribu tobajara”(MACHADO, 1912: 61). Por fim

---

<sup>17</sup> Que recebeu esse nome em homenagem a D. Fillipe, quem havia recebido, durante o conselho em Pernambuco, o cargo de liderar a missão.

cabe ainda utilizar da escrita do autor para apresentar o conteúdo final resultando das constantes e incessantes investidas dos Potiguaras:

Voltou, depois disso, Pedro Lopes á Itamaracá com officios da camara e do ouvidor geral para Castrejon, com ordem de esperar ai, com a sua gente, pelo navio que o devia levar ao Parahyba. Entretanto, graves occurrencias acabavam de ter logar na fortaleza. Os Potyguares e franceses poseram-n'a em sitio e si aproximavam della, tendo já feito duas investidas, ainda que sem resultado. Castrejon, que sustentava com tanta obstinação a sua autoridade, arrogando para si todo o mando, impondo-se ao governador e aos chefes auxiliares, não sabia agora haver-se em presença do inimigo, nem manter-se em seu posto. Depois da ultima investida em que perdera alguma gente tratou de fugir com alguns soldados que o protegessem. Assim o fez à noite, passando para a margem opposta, mettendo a pique uma nau que estava anchorada no porto. Os sitiantes investiram na fortaleza na manhã seguinte, e a tomaram de assalto no meio da infernal gritaria. Os soldados que a defendiam, ignorantes da fuga do alcaide, foram immolados á furia do inimigo, o qual, informado da perfidia de Castrejon, passou o rio e seguiu no encalço dos fugitivos só os deixando quando os vio longe e depois de os haver dezimado horivelmente. (MACHADO, 1886:82).

A “tomada” de fato só ocorreria mediante um acordo de paz<sup>18</sup> que estabeleceria entre Tabajaras e os portugueses, este acordo fora possível graças a natureza dos próprios grupos índios desta terra, Potiguaras e Tabajaras eram inimigos naturais. Deste modo, foi na figura do “herói” Piragibe que os objetivos reais são alcançados, a conquista da Paraíba não foi repentina, nem custou pouco. Os custos desta empresa foram altíssimos, tanto do capital privado quando da própria coroa. Quem é o povo paraibano, então? A nova Capitania Real da Paraíba mesmo que pouco a pouco estava estabelecendo-se territorialmente, mas aquela identidade parece não ter uma origem, ao menos não da forma que foi construída pelo IHGP, portanto, o que seria essa Paraibanidade como uma identidade própria de paraibanos quando aqueles que aqui se estabeleceram eram remanescentes da própria Itamaracá e Pernambuco?

A ligação que se pretendia remover entre Pernambuco e Paraíba aqui parece ser um projeto impossível de ser realizado. As famílias abastadas de Pernambuco passavam a formar

---

18 Chegando Fructuoso Barbosa á Parahyba sem ser persentido pelos naturaes, poude surprehender os que trabalhavam na demolição da fortaleza e apoderar-se dela em pouco tempo, fazendo grandes estragos nos que ahi se achavam. Aproveitando-se da bôa disposição dos soldados, tratou logo de se fortificar do melhor modo, em quanto repunha tudo antigo estado. E com effeito, em poucos dias conseguiu reparar toda a faxina da fortaleza e collocar a artilheria, que tinha sido desmontada e atirada á margem do rio, em seu logar. E' certo que para resultados tão prosperos se tinha dado uma imprevista e feliz circumstancia, que foi que achar-se Pyragibe cercado pelos potyguares, depois de se terem dado entre elles repetidos ataques. Como se disse em outra parte, seguiu estes em demanda do chefe tobayara, depois do levantamento do cerco daquela fortaleza, poderam-n'ò alcançar e vir ás mãos; mas o corajoso chefe resistindo a furia dos contrarios conseguiu retroceder á sua antiga posição do Tebiry, e ahi fortifican-se tanto quanto poude, sendo por fim cercado pelo inimigo. Nestas circumstancias conseguiu eviar dois índios á Martim Leitão pedindo-lhe que o seccorresse, e aceitando a sua amizade segundo lhe mandara offerecer. Estavam, pois, os potyguares cercados, quando se sippunham livres dos invasores e acreditavam ter encerrado Pyragybe e apertado cerco; pois que tiha Fructuoso Barbosa ao norte, o chefe tobayara ao sul e Martim Leitão que lhes podia apparecer á lesta. Restava-lhes saida por oeste, o que importava perder a Parahyba, pelo qual haviam tanto combatido.

as primeiras comunidades na Paraíba e com elas interesses também migrava, o cultivo de cana na nova capitania era extremamente lucrativo, as matas começavam a ser derrubadas e as demandas externas necessitavam mês após mês de produções maiores.

Parece confuso, pelo menos para os que aqui estavam, me refiro aos nativos, compreender aquela atmosfera que parecia tomar conta do território paraibano, mas, na verdade, é apenas aparente, eles também se inseriam no contexto de mudanças. Após a vitória contra os potiguaras conseguida através da aliança com os tabajaras deu-se início ao processo lento de apropriação deste território, já surge a primeira questão importante sobre este processo, esta ocupação não seguiu o modelo português uma vez que tanto a colônia quanto metrópole estavam submetidas a coroa hispânica.

## **6. As bases de uma cidade singular**

A ocupação propriamente dita se deu aos moldes daquilo que para a coroa hispânica pensava como melhor estratégia de ocupação. Deste modo outro elemento de representação da identidade local referencia a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves: “Em Dezembro recebo o nascente povoado o título de cidade, com a denominação de *Filippéa*, em honra e obsequio ao soberano” (MACHADO, 1912: 88). Esta cidade emergiu com uma característica completamente diferente do que se tinha por convenção e praticado em outros povoamentos portugueses, ela não foi pensada apenas como um acampamento ou um “posto avançado”, mas surge com características e pretensões de uma cidade, onde toda sua estrutura e organização fora pensado pela coroa. Isto explica o fato de que esta cidade não se localiza à beira mar, na verdade este seria um ponto estratégico para invasores já que teriam fácil acesso ao interior da cidade. A proposta foi da interiorização ao território pertencente à Paraíba, até que fosse encontrado um local com um porto natural que garantisse segurança ao empreendimento.

Às margens do rio Sanhauá a cidade começou a ser estabelecida. Casas foram erguidas, igrejas e os prédios de administração, de todo modo este agrupamento que já nasceu com status de cidade só pôde assumir essa perspectiva por ter sido erguida aos moldes urbanísticos hispânicos representados não apenas no distanciamento do mar, mas da própria organização das ruas, espaços e prédios. A segurança da cidade foi um dos primeiros passos para a construção da mesma, localizada mais adentro do território, ela estaria segura de investidas diretas do invasor, mas o enfoque que daremos neste momento do trabalho não se

trata necessariamente do processo de construção da cidade, mas das investidas no projeto de aculturação dos índios.

A presença das ordens religiosas neste ambiente foi fundamental. Uma vez sanada a questão de segurança deu-se início à construção da igreja Matriz de Nossa Senhora das Neves e, em seguida, das igrejas e conventos dos padres jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos. A proposta era fazer com que aquele nativo que naquele ambiente circulava compreendesse a religião e os bons costumes. Este projeto, por outro lado, só parece ter tido grande enfoque após o ano de 1599, e, portanto, fim dos conflitos contra os potiguaras. A fé católica representou forte importância neste ambiente, de modo que não seria possível imaginar o surgimento desta cidade sem a presença destas ordens religiosas. O advento da fé católica possuía outras pretensões além do ensinar os nativos sobre estes novos costumes.

Junto a isto dois pontos principais estavam inseridos: primeiro se tratava da reafirmação do discurso de expansão da fé católica que neste caso se relacionava com questões econômicas e políticas quando vai comentar o modo pelo qual se devia cultivar a cana e cuidar do gado nesta região; o segundo ponto, político, torna-se evidente no discurso sobre o modelo de família patriarcal que se desenvolveu e que se tornou a base das relações que, em alguns casos, ainda ressoam nos tempos atuais. Nesta cidade se desenvolve uma cultura social local que tendeu sempre a valorizar e se apropriar dos elementos importados do exterior que passam por processos de releitura ou reinvenção para, portanto, se tornar um símbolo da cultura local. Portanto Filipéia de Nossa Senhora das Neves, surgiu com status de uma cidade que representa a identidade local, já que se trata de uma cidade construída a partir elementos importados, mas que sofrem ressignificações para se inserir ao contexto local.

## Considerações finais

Maximiano Lopes Machado foi um sujeito ímpar, um paraibano por excelência e a sua narrativa nos possibilitou não apenas o direito a pensar história, mas de possuir uma história. O historiador assumiu com muito respeito a função de precursor da nossa historiografia e o fez com grande proficiência, através da sua escrita conseguimos identificar os agentes envolvidos no processo de colonização e fundação da Parahyba, mas não só isso, a partir da sua escrita dele podemos hoje dialogar com outros autores que se debruçaram acerca da temática da colônia para repensar o lugar do colonizador e do nativo, o papel assumido por cada um, a importância e a inteligência de todos os representantes incluídos e excluídos na nossa *paraibanidade*.

Podemos chocar sua escrita com as questões levantadas por HALL e questionar também essa identidade monolítica, aprisionadora, lisa e perfeita tal como muitos outros autores, como DIAS, o fez a respeito da figura do nativo nas capitanias do Brasil. Diante de tudo que foi dito podemos, por fim, nos apropriar destas discussões para quem sabe defender a existência, não de uma identidade paraibana, mas várias identidades que podem ser configuradas, pensadas a partir de diferentes olhares aos diferentes atores na nossa colonização.

## ABSTRACT

The present article proposes to deal with the process of writing of the history of Paraíba from the contributions of Maximiano Lopes Machado, regarding the construction of the identity of Paraíba. This, usually treated by “Paraibanidade”, characterized the Paraiban being; More than that, it created a unique model of identity belonging to the populations of Paraíba do Norte, homogenizing and canceling how of that society, plural by its formative nature. We start from the perspective that MACHADO devised a way of making a local history – as Von Martius did in relation to Brazil – as a way of guiding his followers and that arrives in those days facing a candidacy "crisis of the subject" proposed by HALL (2006) and consequent indetermination of collective identities. Thus, it is aimed to verify the main biases of the work of the renowned historian not concerned with the creation of the local identity that reproduce echoes that resonate through literature, here considered popular by their nature of representation, and that are part of the process of resignification, reconstitution Of *paraibanidade*, in a broad exercise of approaching or distancing from the prototype defended by DIAS (1996), processing as characteristics of fierce, autonomous, pacifist, constructors of their own history and questioning them as to the episodes of the chosen context to sediment them Historiographically, in which the behavior of his identity contradicts practices or responses to different episodes that define a proposal of the totality of the Paraiban History transmitted through his own writing and represented in these monumental echoes. In order to

do so, it is attentive to the process of questioning and deconstruction of this immaculate body by which they define the being of the state of Paraíba, and which self deconstructs through its own calamus.

Key Words: Maximiano Machado. Local historiography. Identity.

**Fontes:**

MACHADO, Maximiano Lopes. História da Província da Paraíba. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1977. v. 1 (Documentos paraibanos, 2)

VON MARTIUS, Karl Friederich Phillipe. Como se deve escrever a história do Brasil [1845], IN GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Livro de fontes da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ/FAPERJ, 2010.

### **Referências bibliográficas:**

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV 2010

ALMEIDA, Horácio. História da Paraíba. João Pessoa: Universitária, 1978

AQUINO, Aécio Villar de. Filipéia, Frederica, Paraíba: os cem primeiros anos da vida social de uma cidade. João Pessoa: Edições UFPB, 1998

DIAS, Margaria Maria S. Intrépida ab origine. O instituto histórico e geográfico e a produção da história local. João Pessoa: Almeida editora, 1996.

GONÇALVES, Regina Célia. Guerra e açúcar: a formação da elite política na Capitania da Paraíba (Séculos XVI e XVII) In OLIVEIRA, Carla Mary S; Mendeiros, Ricardo Pinto. Novos olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil. João Pessoa: Editora Universitária UFPB 2007.

HALL, Stuart. A identidade cultural na Pós-Modernidade. 11<sup>o</sup> ed, Rio de Janeiro: Editora: DP&A, 2006.

MELLO, José Otávio Arruda. Consolidação e defesa da terra – As invasões holandesas. História da Paraíba (Cap II) João Pessoa: A união 2007

REIS, José Carlos. O entrecruzamento entre narrativa histórica e narrativa ficção In.: Diálogos interdisciplinares entre fontes documentais e pesquisa histórica. APOLINÁRIO, Juciene Ricarde (org); SOUZA, Antonio Clarindo B. de (org). Campina Grande: Universitária 2011.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro. André Vidal de Negreiros: a necessidade de construção de um herói legitimamente paraibano. Saeculum, Revista de História [14]; João Pessoa, JAN/JUN 2006.